

# JUSTIÇA RESTAURATIVA NA ESFERA JUVENIL -JRE

---

Competência técnica: Psicologia e Serviço Social  
Conhecimentos relacionados: Técnicas de Administração de Conflitos  
(Justiça Restaurativa)

## Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes a apreensão dos conceitos necessários ao exercício das suas funções.

## Objetivos Específicos

- Identificar elementos ampliados que envolvem a dimensão do conflito e da Justiça, e o marco histórico de propagação do modelo de Justiça Restaurativa a nível internacional e também no Brasil;
- Realizar a reflexão sobre a importância das vítimas e de suas necessidades no paradigma de Justiça Restaurativa;
- Analisar as diferenças que envolvem a Justiça Restaurativa: identificando elementos adversários e de pacificação e alguns exemplos de procedimentos restaurativos adotados no Brasil no âmbito da Justiça Juvenil;
- Analisar em que medida a Justiça Restaurativa pode contribuir para restaurar relacionamentos afetados por atos de natureza infracional, contribuindo ainda para ampliar o sentido de justiça, bem como, o de responsabilização dos envolvidos, tal como está inserto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no SINASE (Lei 12.594 de 2012).

## Metodologia

Aula expositiva, recursos audiovisuais e dinâmicas de grupo.

## Conteúdo Programático

- Considerações acerca do conflito e da Justiça em perspectiva ampliada.
  - Analisar a Justiça como função e como valor;
  - Analisar os elementos: Justiça e violência identificando as vertentes de uma cultura da guerra e uma cultura de paz;
  - Verificar os conflitos como oportunidades de mudança e não só como palco de violências.
- Reflexões sobre a importância das vítimas e de suas necessidades no paradigma da Justiça Restaurativa;
  - Apontar como as vítimas vivenciam a experiência de um crime ou ato infracional;

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

- Verificar as vítimas diretas, as vítimas secundárias e o tratamento a elas dispensado. Analisar o lugar que elas devem assumir no modelo de Justiça Restaurativa.
- Diferenças que envolvem a Justiça Retributiva e a Justiça Restaurativa identificando elementos adversários e de pacificação.
  - O conceito de crime;
  - O conceito de responsabilização;
  - O conceito de Justiça.
- Análise do marco histórico de propagação do modelo de Justiça Restaurativa a nível internacional e também no Brasil.
  - A Justiça Restaurativa na perspectiva Internacional;
  - A Justiça Restaurativa como uma realidade da Justiça Juvenil Brasileira;
- Análise de exemplos de procedimentos restaurativos adotados no Brasil no âmbito da Justiça Juvenil;
  - Alguns exemplos de práticas restaurativas adotadas;
  - A dimensão do diálogo como componente do processo restaurativo e o acordo como manifestação do poder dos envolvidos. A utilização de recursos da comunicação não violenta.

### Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

### Bibliografia Indicada

AGUINSK, Beatriz Gershenson; BRANCHER, Leoberto Narciso. *Projeto Justiça para o Século 21. Relato da implantação do Projeto Piloto de Justiça Restaurativa junto À 3ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, RS, visando à introdução de práticas restaurativas na pacificação de situações de violências envolvendo crianças e adolescentes.* Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://justica21.web1119.kinghost.net/j21.php?id=244&pg=0#.VWWM2dJViko>. Acesso em 23 de março de 2015.

BRANCHER, Leoberto- *A paz que nasce de uma nova justiça.* Caxias do Sul, 2013. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/j21.php?id=501&pg=0#.VWG-D9LBzGc>. Acesso em 23 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. *Iniciação em Justiça Restaurativa* – Subsídios de Práticas Restaurativas para a Transformação de Conflitos. AJURIS. 2006.

BRANCHER, Leoberto; SILVIA, S. (org.). *Justiça para o século 21: Instituinto práticas restaurativas: semeando justiças e pacificando violências.* SDH-PR. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

BRANCHER, Leoberto; KOSEN, Afonso; AGUINSKY, Beatriz. *Justiça restaurativa.*\_\_\_\_Brasília, CEAG, 2010. Disponível em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/justica\\_restaurativa/jr\\_curso\\_ceag\\_unb\\_modulo9.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/justica_restaurativa/jr_curso_ceag_unb_modulo9.pdf). Acesso em: 23 de maio de 2015.

BRASIL. Lei Federal nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012.

**ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.**

BRASIL. Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

GAMA, Vivian- *Justiça restaurativa: um novo olhar para a experiência infracional.* CEDECA-RJ, CONANDA, SDH-PR. RJ, 2014. Disponível em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/justica\\_restaurativa/jr\\_curso\\_ceag\\_unb\\_modulo9.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/justica_restaurativa/jr_curso_ceag_unb_modulo9.pdf). Acesso em: 23 de maio de 2015.

MELO, Eduardo Rezende. *Justiça restaurativa e seus desafios histórico-culturais. Um ensaio crítico sobre fundamentos ético-filosóficos da justiça restaurativa em contraposição à justiça retributiva.* In: Slakmon, C.; De Vitto, R.; Pinto, R. (Orgs.). *Justiça restaurativa.* Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2005. p. 53-78. Disponível em: [http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246\\_Coletania20JR.pdf](http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246_Coletania20JR.pdf). Acesso em 23 de março de 2015.

MELO, E. R.; EDNIR, M.; YASBECK, V. C. *Justiça restaurativa e comunitária em São Caetano do Sul: aprendendo com os conflitos a respeitar direitos e promover cidadania.* SDH-PR, CECIP, São Paulo, 2008.

MUMME, M.; PENIDO, E. A. *Justiça Restaurativa e suas dimensões empoderadoras.* Disponível em: [http://jj2015.ch/sites/default/files/29-01-15-12h10-](http://jj2015.ch/sites/default/files/29-01-15-12h10-Penido_MummeJustiC3A7a20Restaurativa20e20suas20dimensC3B5es20empoderadoras20cC3B3pia2028129_0.pdf)

[Penido\\_MummeJustiC3A7a20Restaurativa20e20suas20dimensC3B5es20empoderadoras20cC3B3pia2028129\\_0.pdf](http://jj2015.ch/sites/default/files/29-01-15-12h10-Penido_MummeJustiC3A7a20Restaurativa20e20suas20dimensC3B5es20empoderadoras20cC3B3pia2028129_0.pdf). Acesso em: 23 de março de 2015.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. *Justiça restaurativa é possível no Brasil?* In: Slakmon, C.; De Vitto, R.; Pinto, R. (Orgs.). *Justiça restaurativa.* Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2005. p. 19-40. Disponível em: [http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246\\_Coletania%20JR.pdf](http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246_Coletania%20JR.pdf). Acesso em 23 de março de 2015.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não-violenta. Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.* São Paulo. Editora Agora, 2006.

ZEHR, Howard. *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça.* São Paulo. Palas Athena. 2008

### Carga Horária:

15 horas.

Atualização: 30/06/2015	Revisão: 00
-------------------------	-------------